

O PAA de Modalidade Compra Direta com Doação Simultânea no Vale do Ribeira

Tamires Arruda Fakh¹

Agnaldo Valentin²

Resumo

Analisamos os dados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) disponíveis no sítio oficial da CONAB, dentro da modalidade *compra direta com doação simultânea*, para as cooperativas sediadas em 10 cidades do Vale do Ribeira, correspondendo a 15 diferentes entidades proponentes entre 2010 e 2012. Os beneficiários se distribuía entre 22 localidades diferentes, evidenciando o papel dos arranjos locais diante da necessidade de subordinação dos produtores rurais às necessidades de ajustamento às regras do Programa, uma vez que os recursos são sempre repassados para associações com reconhecimento jurídico. Formalmente, entre os beneficiários encontramos agricultores familiares (72,0%), quilombolas (20,4%), assentados de reforma agrária (7,4%) e comunidade indígena (0,4%). Especificamos as análises para algumas comunidades quilombolas localizadas no município de Eldorado Paulista e fomentamos a discussão sobre os diferentes resultados do PAA nessas comunidades e nos outros segmentos, buscando entender quais elementos são apontados como entraves e/ou desconhecimentos com a realidade local.

Introdução

A agricultura familiar no Brasil começou a ganhar espaço na agenda de discussão política a partir de 1995, quando então o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado. Até então, as ações do Estado focalizavam essencialmente a agricultura patronal, representando um marco na história camponesa. É a partir do primeiro governo Lula que as políticas públicas orientadas para a agricultura familiar foram implantadas com maior envergadura, tanto considerando a

¹ Bacharel em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) e Assessora Técnica da Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão. Endereço eletrônico: fakihtami@gmail.com.

² Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP; membro do N.E.H.D.- Núcleo de Estudos em História Demográfica da FEA/USP e do HERMES & CLIO - Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica da FEA/USP. Endereço eletrônico: guilguy@usp.br.

perspectiva da agricultura familiar como a discussão sobre segurança alimentar e nutricional – que culmina no Programa Fome Zero e com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei 10.696 de 2003.³

O PAA⁴ é uma das ações do Programa Fome Zero e objetiva garantir o acesso regular de alimentos e em quantidades necessárias a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e inserir o agricultor familiar no mercado, garantindo que sua produção seja comercializada a preços compatíveis. Entre os produtores beneficiados estão os assentados da reforma agrária, agricultores familiares, comunidades indígenas e comunidades tradicionais.

As comunidades quilombolas, assim como os demais agricultores, enfrentaram uma situação de invisibilidade por muito tempo. Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que os quilombolas tiveram seus direitos assegurados, na qual o Artigo 68 dispõe: *Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos* (ADCT,CF/88).

O Vale do Ribeira paulista abriga 17 comunidades quilombolas reconhecidas e 6 tituladas, maior concentração de comunidades do Estado de São Paulo. Portanto, é neste espaço singular que o presente artigo busca estudar o PAA, na modalidade *compra direta com doação simultânea* – modalidade executada pelo MDS – especialmente nos quilombos de Eldorado.⁵ O artigo segue com outras três seções, além das considerações finais. Na primeira, reconstituímos o balizamento institucional dos programas governamentais em foco. Em seguida, contextualizamos a localidade estudada do ponto de vista histórico e sociológico bem como introduzimos os resultados agregados das políticas de aquisição de alimentos no Vale do Ribeira e em Eldorado Paulista. Por fim, apresentamos a percepção dos quilombolas diante da possibilidade de direcionamento de sua produção agrícola através da via governamental.

O PAA no universo das transferências de renda

A conformação de uma política pública de transferência de renda com abrangência nacional assenta-se em mudanças quantitativas e qualitativas de ações do

³ Lei 10.696/2003, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm>.

⁴ Informações disponíveis em: < <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>.

⁵ Ver detalhes em FAKIH, 2013.

governo federal a partir de 2003, destacando-se a prioridade ao enfrentamento da fome e da pobreza, a expansão da rede de proteção social aos trabalhadores rurais, a unificação dos programas nacionais de transferência de renda e a elevação permanente dos recursos orçamentários a eles destinados (SILVA, s/d. p. 3). Maior complexidade recai sobre a pobreza rural, pois

A pobreza rural distingue-se da urbana pelo acesso às políticas públicas. A pobreza urbana caracteriza-se por uma população que, em certa medida, tem proximidade com as organizações (governamentais e não-governamentais) que realizam ações de combate à pobreza, facilitando, relativamente, o acesso as políticas públicas. Na pobreza rural, as comunidades, em boa parte, possuem dificuldade de acesso às políticas públicas, principalmente pela falta de informação, distanciamento físico e a não assistência das organizações de extensão rural (MOCELIN; FIALHO, 2011, p. 2).

Destarte, o Programa de Aquisição de Alimentos é fruto da emergência de duas pautas dentro do pensamento social e político da década de 90. Primeiro, o debate sobre segurança alimentar e nutricional, que ganha impulso em 1990 e entra na agenda governamental a partir do primeiro governo Lula, em 2003. A segunda pauta que influencia na formulação do PAA é a relevância que a agricultura familiar começou a ganhar desde a criação do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – em 1995 – obtendo, mais tarde, maior expressão com a lei da agricultura familiar, o reconhecimento do direito a previdência rural e uma série de políticas públicas diferenciadas para o segmento (GRISA et al., 2009).

O PAA, como outros programas implementados no primeiro governo Lula, ancorou-se a um projeto de desenvolvimento contrário ao padrão dominante (de incentivo ao agronegócio), fundado na concepção variada de sustentabilidade, visando-a nos âmbitos econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais.

Este projeto de desenvolvimento rural ganha força com a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) elaborada e aprovada, em 2010, pelo CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Mesmo emergente este projeto entende a importância da diversidade dos sujeitos locais para a construção desse novo Brasil rural.

O PAA é executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), articulando

instâncias estaduais e municipais; sociedade civil; organizações de agricultores familiares e entidades socioassistenciais. Os beneficiários deste programa necessitam da DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf, institucionalizando dessa forma o controle sobre o alvo do programa, incluso quilombolas, aquicultores, silvicultores, pescadores artesanais, extrativistas e indígenas. A articulação vertical ocorre tanto na captação dos beneficiários (através dos sindicatos rurais, casas de agriculturas e associações) como na forma de remuneração pelas aquisições realizadas.⁶

Sem a necessidade de processo licitatório, o governo compra diretamente dos grupos beneficiados para a distribuição às populações em situação de maior vulnerabilidade social ou formação de estoques, essas doações são destinadas a entidades da rede socioassistencial, associações de bairros carentes, restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e para formação de cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal.

O PAA apresenta cinco modalidades, com diferenças nos órgãos executores, fontes, limites de recursos e na forma de acesso. São elas: compra direta; formação de estoque; compra direta com doação simultânea; incentivo à produção e ao consumo de leite e compra institucional. Desde o Plano Safra de Agricultura Familiar 2009/2010, as modalidades do PAA se tornaram cumulativas para os agricultores, a família que acessar a modalidade *Formação de Estoque* com liquidação financeira, pode acessar outra modalidade cujo pagamento é em produto, comercializando até 16 mil reais por ano.

O Vale do Ribeira e as comunidades quilombolas

A história do Vale do Ribeira entrelaça-se a história de formação das comunidades negras na região, que passaram pelos ciclos econômicos subordinados as decisões e ao poder do homem branco. Com o tempo e as transformações econômicas, sociais e políticas, as comunidades tradicionais se estabeleceram no Vale, configurando a chamada territorialidade tradicional – combinação da economia típica camponesa exposta por Chayanov – que se distancia da lógica capitalista e orienta-se para a satisfação de suas necessidades e de formas organizativas específicas, que giram em

⁶ Em que pese as especificidades do programa, podemos acrescentá-lo ao rol de ações inventariado por BHATTAMISHRA e BARRETT (2010).

torno da unidade familiar, apresentando autonomia e relações horizontais (ITESP, 2000, p.123).

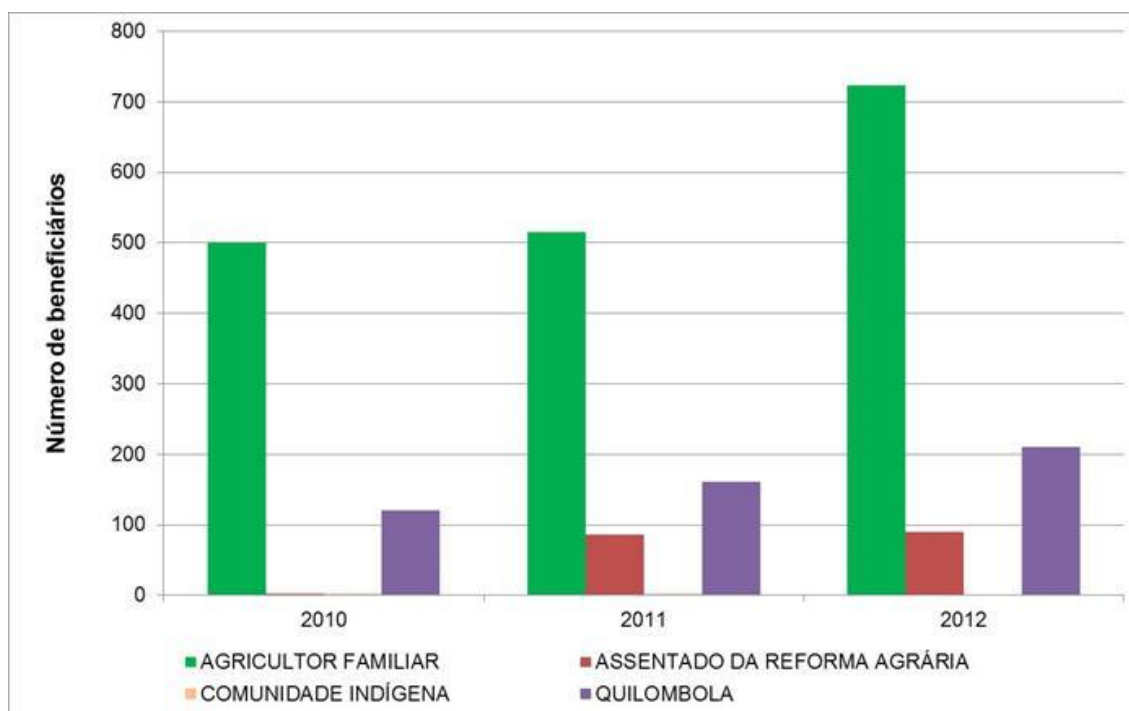
As comunidades quilombolas do Vale do Ribeira derivam do processo histórico de decadência econômica da região em diferentes momentos desde fins do século XVIII, com o fim do breve movimento de exploração de ouro da região até o fim da escravidão, concomitante ao esgotamento do cultivo de arroz ao longo dos leitos inundáveis do rio Ribeira e seus afluentes (cf. VALENTIN, 2006). Ao longo do século XX, as comunidades sobreviveram em um contexto de baixo dinamismo econômico, favorecendo o predomínio da agricultura de subsistência e direcionamento de algum excedente aos mercados locais e terceiros que direcionavam o produto agrícola para outros centros consumidores. Parece ocioso reafirmar a invisibilidade das mesmas, assim como do conjunto de pequenos agricultores familiares da região.

Tal quadro sofreu mudanças expressivas nos últimos lustros. Analisamos os dados disponíveis para as cooperativas sediadas em 10 cidades do Vale do Ribeira, correspondendo a 15 diferentes entidades proponentes entre 2010 e 2012.⁷ Os beneficiários se distribuíam entre 22 localidades diferentes, evidenciando o papel dos arranjos locais diante da necessidade de subordinação dos produtores rurais às necessidades de ajustamento às regras do Programa, uma vez que os recursos são sempre repassados para associações com reconhecimento jurídico. Formalmente, entre os beneficiários encontramos agricultores familiares (72,0%), quilombolas (20,4%), assentados de reforma agrária (7,4%) e comunidade indígena (0,4%), totalizando 2.414 pagamentos realizados nos três anos. O Gráfico 1, que mostra a distribuição absoluta dos casos ao longo do três anos, destaca não somente a presença predominante dos agricultores familiares como o crescimento daqueles identificados como assentados de reforma agrária e, principalmente, dos quilombolas, em quantidade crescente ao longo do tempo.

⁷ Apiaí, Barra do Turvo, Eldorado Paulista, Iguape, Iporanga, Juquiá, Miracatu, Registro, Ribeirão Grande e Sete Barras. A primeira, apesar de não pertencer geograficamente ao Vale, mantém ligações históricas com a região justificando sua inclusão. Os dados analisados estão disponíveis em <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>; acesso em 01.out.2013

Gráfico 1

Beneficiários do PAA segundo origem Vale do Ribeira, 2010 a 2012



Fonte: CONAB.

Quanto ao rendimento obtido, os dados oferecidos pela CONAB só permitem estimativas a partir do valor médio, uma vez que não há informações individualizadas por participante do programa. No total, observamos um incremento, passando de R\$ 3.506,62 em 2010 para R\$ 4.317,07 em 2012, movimento presente em todas as categorias em tela.

Os quilombolas concentravam-se em duas cidades: Eldorado Paulista (232 ocorrências) e Barra do Turvo (257 casos). Os recebimentos ocorreram através de quatro associações diferentes, sendo três sediadas nos próprios municípios e uma em Registro, onde não observamos a presença de beneficiários pertencentes a esta categoria. Sobre esta última, sua importância se restringiu ao ano de 2010, quando 50 quilombolas de ambas as localidades negociaram sua produção através da entidade.

Finalmente, no município de Eldorado encontramos 52 beneficiários em 2010, 124 em 2011 e 56 em 2012. O conjunto corresponde a 138 pessoas, dos quais 35 estavam presentes nos três anos; outros 23 em dois anos e os demais (80) em apenas um dos três anos. Uma comparação breve com o número de agricultores familiares na

mesma localidade evidencia a importância do segmento: apenas no ano de 2010 encontramos um valor significativo de beneficiários, somando 105 ocorrências. Por outro lado, os 138 casos representam tão somente 26,4% do total das famílias presentes nas nove comunidades presentes no município, evidenciando a baixa adesão desse segmento ao programa federal de aquisição de alimentos.⁸

Quanto aos produtos comercializados, os dados da CONAB⁹ revelam a presença de cerca de 200 variedades distintas, por nós agrupadas em 88 diferentes cultivos. A posição principal coube à banana, que, em suas diferentes variedades e formas de comercialização, representou, entre 2010 e 2012, 39,8% da carga e 32,3% dos recursos obtidos. A mandioca ocupa a segunda posição em carga (5,6%), porém respondendo por 2,7% da renda. Situação inversa apresenta o palmito de pupunha, com 2,2% da carga e 9,6% da renda.¹⁰ De outra forma, dois únicos produtos de prática extrativista responderam por pouco mais de quatro décimos da renda, cabendo a outros 86 cultivares o restante.

A policultura, presente principalmente entre agricultores familiares e assentados de reforma agrária, garante condições tanto de direcionamento da produção para autoconsumo como a comercialização do excedente, seja no âmbito local ou através das compras realizadas pelo governo. Este, entretanto, não é o caso dos participantes do PAA entre os quilombolas de Eldorado, que, em 2010 e 2012, venderam apenas bananas e, em 2011, alguma pupunha e outros legumes e verduras. Tal situação distingue-os dos quilombolas presentes em Barra do Turvo, onde as práticas agroflorestais não apenas estimulam a variabilidade de cultivos como permitem sua venda na categoria de produtos orgânicos, agregando maior valor (cf. SANDRI, 2012), apesar de a banana também contribuir com elevada parcela das vendas. Da mesma

⁸ Dados disponíveis em http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/mapa_detalhes.aspx?location=5; acesso em 07. out.2013.

⁹ Os valores foram estimados a partir dos preços de compra do PAA em 08 de outubro de 2013 preferencialmente para nas cidades de Eldorado, Barra do Turvo e Apiaí. Mesmos cientes das variações locais, o objetivo aqui delimitado - a estimação da ordem de grandeza dos rendimentos - não se vê prejudicada pelo procedimento. Preços disponíveis em:

<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaprecopaa.do?method=abrirConsulta>; acesso em 08.out.2013.

¹⁰ ANEFALOS, MODOLO E TUCCI (2007, p, 42) destacam: “No período estudado, 2002 a 2006, ainda que a pastagem cultivada se caracterizasse com uma atividade muito forte no Vale do Ribeira, a pupunha apresentou efeito-escala e efeito-substituição positivos nessa região (...) como alternativa econômica e ambiental para o Vale do Ribeira, podendo contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento dessa região”. Não obstante o avanço da cultura, Almeida e colaboradores (2011) evidenciam a insegurança de agricultores de Juquiá em relação ao adequado manejo da cultura, também manifesta nos quilombolas de Eldorado.

forma, os quilombolas de Ribeirão Grande e Terra Seca venderam, em 2012, produtos diversificados, aproximando-os das práticas policultoras acima destacadas.

Portanto, devemos reter desta breve análise a baixa proporção de quilombolas associados às atividades agrícolas com possibilidade de obtenção de remuneração através das compras governamentais e, especificamente aos moradores em Eldorado, da prevalência do extrativismo de caráter monocultor.

O PAA na percepção dos quilombolas

O PAA, como colocado, vem apresentando nas diversas localidades beneficiadas e nas diferentes modalidades de comercialização do programa, resultados distintos. Em algumas localidades percebe-se uma produção mais diversificada – trazendo benefícios tanto para os produtores, que também são também consumidores destes alimentos, como para a população que recebe estes produtos – em outras, apenas alguns cultivos tem sido comercializados, como é o caso de Eldorado, com a predominância da banana prata e nanica e do palmito pupunha.

Este cenário heterogêneo também permeia outros campos, como a adesão ao programa por localidade e segmento, organização da comunidade, capacidade de conduzir os processos para a comercialização (cultivo, colheita e logística do transporte) entre outros.

Na pesquisa de campo e nas entrevistas realizadas com as famílias quilombolas (roteiro no Anexo 1) notou-se que a renda obtida através da comercialização dos produtos é certamente importante para a constituição da renda mensal e permanência nas atividades agrícolas, entretanto sabe-se que a dimensão da pesquisa foi insuficiente para extrapolar os resultados para toda população quilombola. Como demonstraram os dados da CONAB, mesmo sendo uma estimativa do valor médio, ocorreu um incremento no valor recebido pelos beneficiários e espera-se que haja uma expansão do programa entre os segmentos e modalidades acessadas.

Quando perguntado sobre o aumento da renda após o ingresso no PAA, três famílias indicaram que a renda aumentou muito, uma considerou o aumento razoável e duas pouco. Esperança Rosa, da comunidade de Sapatú, nos relata que:

Agora facilitou bastante a vida das pessoas aqui da comunidade. Primeiro todo mundo saia à procura de emprego porque aqui não tinha mesmo. Cada um lidava com a rocinha dele mesmo, e hoje já tem algum meio da pessoa ganhar além da roça, já tem o artesanato e essa entrega de produtos (PAA). Lembro que ano passado vendeu bastante laranja, limão, jaca, tudo era vendido ano passado.

Mas alguns entraves na execução do Programa e expansão do número de beneficiados emergem da leitura das falas de Maria Anita da Silva (Poça) e da Edvina Braz da Silva (Pedro Cubas de Cima), respectivamente:

Os dois anos a gente dependeu de frete particular, não da prefeitura,

referindo-se aos descontos com frete do total do valor comercializado, já que não há apoio logístico de nenhum órgão responsável da prefeitura, além de relatar sobre os atrasos recorrentes nos pagamentos.

Edvina Braz da Silva comenta que sua renda melhorou razoavelmente com a participação no PAA, mas esta é complementada pelo artesanato e aposentadoria. Quando perguntada sobre os cultivos tradicionais e sobre possíveis mudanças com a inserção no Programa, Edvina comenta:

O PAA compra o que a gente já produz. Antigamente plantava só para consumo, agora a gente planta com o sonho de vender, aí já quer caprichar mais. Foi aí que surgiu o problema, porque o quilombo quer ampliar a área de plantio e os terceiros não deixaram.

Sua fala demonstra as relações conflituosas com os fazendeiros presentes nas áreas da comunidade, áreas já reconhecidas, mas não desapropriadas, e os entraves para o desenvolvimento da mesma.

O resultado do questionamento sobre a relação PAA/renda e as diferentes falas refletem a heterogeneidade dos impactos do programa sobre as famílias beneficiadas e

evidenciam as dificuldades na execução do programa – já mencionados no encontro “PAA 5 anos: balanço e perspectivas” realizado em Brasília em 2008 – e citados pelos quilombolas, como: falta de informações sobre o PAA, modalidades e formas de operação; dificuldade no transporte; falta de assistência técnica e atraso nos pagamentos.

Outro problema é apontado nas entrevistas: a presença de terceiros nas terras reconhecidas como quilombolas. Os entraves do processo de desapropriação e sua morosidade implicam na estagnação da comunidade e em relações de subordinação dos quilombolas aos terceiros, detentores de grandes áreas geograficamente dispostas entre as moradias quilombolas. Marinho, da comunidade de Poça, afirma que só com a desapropriação dos terceiros, eles poderão conduzir o desenvolvimento da comunidade, ampliar a capacidade produtiva e incluir mais beneficiários no programa.

Além da renda obtida através do PAA e de outras fontes, a maioria das famílias das comunidades são beneficiadas com o Bolsa Família e/ou Renda Cidadã, complementando assim a renda mensal. Entre as oito entrevistadas, seis recebem Bolsa Família e/ou Renda Cidadã, sendo estes auxílios fundamentais para a reprodução de comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade.

Ainda, a maioria das famílias recebe uma cesta básica, do Programa Fome Zero, e algumas exercem atividades como artesanato, atividades ligadas ao turismo rural etc.

Quanto à produção agrícola e a comercialização via PAA, no geral os beneficiários relataram que a produção que antes era para subsistência, hoje foi ampliada e também é mais diversificada, o que contrasta com as informações e dados obtidos no site da CONAB, note a fala de Marinho:

Agora com o PAA nós plantamos alface, couve, rama, chicória, cheiro verde... que serve para subsistência e para venda,

além da recente introdução de palmito pupunha.

Mas, notou-se visualmente nas visitas de campo e em algumas falas, que o cultivo da banana é o de maior escala, como apresentado nos dados fornecidos pelo CONAB.

Segundo Ivo Rosa, coordenador da associação de Sapatú:

A caixa de banana você vendia para o atravessador a dois reais e cinquenta centavos, era obrigado a vender por esse valor. Agora sai livre na faixa de dez reais, com os descontos de frete,

demonstrando que o programa abriu caminho para uma comercialização a preço justo de mercado, retirando-os das “mãos” dos atravessadores. Observando que a média da caixa de banana ano passado estava em dezesseis reais (ao tempo da pesquisa de campo, a banana ouro valia cerca de 15 reais a caixa).¹¹

Porém, Marinho nos relata que ainda acontece a venda de banana para atravessadores, pois o PAA não consegue absorver, dentro de suas limitações por modalidade, toda a quantidade de banana cultivada.



Figura 1 - Maria Anita da Silva acompanhando orientação do técnico para plantar pupunha

Outro cultivo que começou a ser incentivado na região e vem ganhando importância na quantidade e valor comercializado é o palmito pupunha. Observamos na pesquisa de campo a distribuição de mudas e orientação técnica de plantio, por parte dos técnicos do Itesp da região.

Conforme indicamos na seção anterior, este cultivo vem se expandindo e incentivando o fim do corte e comercialização do palmito juçara, porém a assistência técnica insuficiente e o incentivo demasiado já vêm apresentando impactos negativos,

¹¹ Cotações disponíveis em: <http://celepar7.pr.gov.br/ceasa/hoje.asp>.

como a perda de plantio e a limitação de uma agricultura mais diversificada. Ademais, com já apontamos, em Eldorado persiste uma atividade agrícola monocultora.

Considerando ainda o aspecto da assistência técnica, não deve causar surpresa os entrevistados indicarem um órgão técnico – o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) – como principal interlocutor no auxílio dos problemas, superando tanto o poder público municipal como as associações e sindicatos que realizam o cadastro e o pagamento dos produtos comercializados.¹² Segundo um dos quilombolas,

O Itesp é o único que faz reunião nas comunidades, eles que interligam uma coisa nas outras. Cada associação tem seu presidente, sua diretoria e cada um discute o problema da comunidade.

O trecho acima evidencia também o papel da organização interna das comunidades quilombolas. Praticamente todos os entrevistados relataram formas coletivas de discussão e solução de problemas, porém com ressalvas: alguns indicam a irregularidade da participação dos moradores, a dependência excessiva nas ações do presidente das associações de moradores e a dificuldade de incorporar os jovens ao coletivo e, principalmente, à lida agrícola. Nessa perspectiva, vale destacar a percepção do supervisor do Grupo Técnico de Campo do ITESP em Eldorado Paulista, pois não apenas evidencia a relativa importância do grau de organização das comunidades como também destaca o papel das relações externas ao grupo:

Algumas comunidades avançaram mais em seu desenvolvimento, ou porque, entre seus ocupantes, houve o surgimento de algumas lideranças que puderam influenciar outras pessoas da mesma comunidade em buscar suas necessidades de forma organizada e inteligente, ou porque, o Poder Público, de qualquer nível, por algum motivo, trouxe melhorias, ou porque o Estado traçou sua política de desenvolvimento, encontrando mais facilidade ou mais necessidade em algumas comunidades. Também, através de uma

¹² O Instituto Socioambiental (ISA) também aparece positivamente referenciado nas entrevistas.

organização não governamental, talvez por encontrar bons entendimentos, companheirismo e união, conseguiram implantar algumas melhorias, por meio de projetos de boa aceitação. Enquanto, aquela não organizada foi ficando para trás, seja pela desorganização interna, seja pelo poder de influência, de formação de lideranças, seja pela dificuldade de acesso, pela pouca vontade ou nível cultural, ocasionando portanto, a pouca influência, falta de interesse governamental ou fraca vontade deles próprios para sua prosperidade.

Encerrando esta seção, buscamos matizar as associações entre o PAA e o conjunto das demandas sociais, recuperando algumas leituras dos entrevistados sobre as mesmas e as possíveis relações estabelecidas pelos nossos atores. A maior proximidade se dá através do problema de saneamento básico, como destaca um morador da comunidade de Poça:

Saúde não tem, agente de saúde não tem, a escola é terrível, não é murada e tem a questão da cozinha. É no meio do bananal, passa avião de terceiros derrubando veneno. Saneamento básico também não tem, é complicado porque vai pro rio. É um grande problema, vai virar um Tietê da vida.

No entanto, não é possível evidenciar com clareza os liames entre o problema ambiental e atividade agrícola. Encontramos a mesma dificuldade em outras manifestações sobre o atendimento médico e o transporte. E, ademais, em nenhuma das entrevistas o PAA e os impasses para um maior impacto foram citados como demandas da comunidade, nem mesmo a necessidade de apoio municipal a comercialização dos produtos agrícolas quilombolas, os atrasos de pagamento ou outros itens.

Tal resultado sugere, para além da compartimentalização das demandas específicas - derivadas da lida agrícola - e gerais (falta de saneamento básico; de atendimento médico regular; estradas em boas condições e transporte público) a necessidade de avaliação das políticas públicas que apresentam os quilombolas como beneficiários e feedback para que a formulação desses programas seja aperfeiçoada,

entre eles o Programa em estudo. Nesse sentido, compartilhamos com a perspectiva indicada por Paulo de Martino Januzzi sobre a importância da avaliação de programas:

É o momento que se dá retorno à etapa inicial de formulação, com correções no plano de ação, caso seja uma política de ordem contínua; ou quando se decide pelo encerramento da política (...). Como coloca Frey (2002) avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e dos instrumentos de ação pública, o que pode ser denominado como a fase de ‘aprendizagem política’ (JANUZZI, 2011, p. 263).

No caso do PAA há alguns pontos que precisam ser reformulados, como maior transparência e informações sobre modalidades de acesso e outros pontos; a questão dos pagamentos; da falta de auxílio municipal; insuficiência de assistência técnica social e agrícola; incentivo a policultura etc.

Considerações finais

Nossa investigação sugere que o PAA no Vale do Ribeira acumulou em tempos recentes resultados positivos tanto do ponto de vista quantitativo – seja por conta do número de beneficiados, seja pelo valor médio auferido – como da perspectiva qualitativa, como evidencia as expressões dos quilombolas das comunidades investigadas. Apesar do aparente conflito entre os dados ofertados pela CONAB e os relatos de nossos entrevistados, evidenciamos outros efeitos como o aumento na intensidade de práticas agrícolas e maior diversidade de produtos cultivados.

A continuidade do programa, entretanto, impõe alguns questionamentos. Um deles envolve a abrangência do programa. Em nossas entrevistas, verificamos a existência de quilombolas que não optam pelo benefício do programa por incapacidade pessoal para o trabalho agrícola ou por acreditar que manter relações de assalariamento fora do território negro fornece maior segurança. Apesar dessa referência, entendemos que tais casos não correspondem ao conjunto de agricultores quilombolas ainda não incorporado ao programa.

Outro desafio que transcende o escopo do programa é a questão fundiária. A titulação definitiva das propriedades rurais, as relações mercantis e disputas que

abrangem o entorno dos territórios quilombolas representam um evidente estímulo negativo na consolidação de práticas agrícolas justamente na perspectiva essencial dos eixos fundantes da ação governamental que é a garantia da segurança, seja alimentar, seja de pleno exercício das atividades que caracterizam os grupos tradicionais como os quilombolas.

Por fim, não podemos deixar de reforçar que se a própria Constituição Federal de 1988 contribuiu de forma efetiva no resgate dessas populações, a própria visibilidade passa a ser um fator de risco. Reafirmamos, assim, a necessidade de agregar permanentemente as formas históricas de relações produtivas e sociais desses segmentos como variáveis fundamentais na elaboração, execução e avaliação de políticas a eles direcionadas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Luis Carlos Ferreira de; VARGAS, Pablo. Furlan; PAVARINI, Gláucia Maria Pereira; VAZAMI, Débora Kobayashi. Incertezas associadas à comercialização do palmito pupunha por pequenos produtores no município de Juquiá, SP. In: **I Simpósio Brasileiro da Pupunheira: desenvolvimento com sustentabilidade**, 2011, Ilhéus, BA. Anais..., 2011. Disponível em:

<<http://www.ceplac.gov.br/paginas/pupunheira/download/CDTrabalhos/trabalhosSessoesPaineis/Incertezas%20associadas%20%C3%A0%20comercializa%C3%A7%C3%A3o%20do%20palmito%20pupunha%20por%20pequenos%20produtores%20017-11.pdf>>.

Acesso em 08.out.2013.

ANEFALOS, Lilian Cristina; MODOLO, Valéria A.; TUCCI, Maria Luiza Sant'Anna. Expansão do cultivo da pupunheira no Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 2002-2006. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37, n. 10, out. 2007, p. 37-43.

BHATTAMISHRA, Ruchira; BARRETT, Christopher B. Community-based risk management arrangements: a review. **World Development**, v. 38, n. 7, p. 923-932, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Artigo 68**. Acesso em: <http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=141>. Acesso em: 08 out. 2012.

FAKIH, Tamires Arruda. **Programa de aquisição de alimentos: uma análise das comunidades quilombolas de Eldorado, Vale do Ribeira**. Monografia (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas). São Paulo, EACH-USP, 2013.

ITESP. **Mapa de São Paulo**. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/mapa_detalhes.aspx?location=5>. Acesso em: 7 out. 2013.

ITESP. **Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território**. 2. ed. São Paulo: Paginas & Letras – Editora Gráfica, 2000.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de Programas Sociais no Brasil: Repensando Práticas e Metodologias das Pesquisas Avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 36, p. 252-275, jan./jul. 2011.

MOCELIN, Cassia Engres; FIALHO, Marco Antonio Verardi. **Pobreza Rural e Bolsa Família: análises a partir da comunidade São João do Barro Preto no município de Júlio de Castilhos/RS**. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT27-Cassia-Engres.pdf>>. Acesso em: 26 de Abril de 2013.

SANDRI, Daniele Martin. **Diversidade ecológica em agroflorestas no Vale do Ribeira (PR, SP) com ênfase na produção de alimentos**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2012.

SILVA, M. O. **Os Programas de Transferência de Renda na Política Social Brasileira: seu desenvolvimento, possibilidades e limites**. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/168/1/OS%20PROGRAMAS%20DE%20TRANSFERENCIA%20DE%20RENDA%20NA%20POLITICA%20SOCIAL%20BRASILEIRA.pdf>>. Acesso em: 29 de Abril de 2013>.

VALENTIN, Agnaldo. **Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH-USP, 2006.

Anexo 1 - Roteiro de entrevista para participantes do PAA

I. Ocupação do território

1. Qual o nome da família? Como a família chegou na comunidade?
2. O que significa para você(s) pertencer a uma comunidade remanescente de quilombo?

II. Histórico da decisão de participação

3. Como foi o processo para participação no PAA? (Como ficaram sabendo do programa?)
4. Como foi decidido? Foi um processo longo? Quais atores envolvidos? etc.)

III. Formas de produção antes e depois da inclusão no Programa

5. Houve mudanças de cultivares? Houve introdução de novas técnicas de cultivo?
6. Há apoio técnico (MDA, INCRA, ITESP). Considera-o suficiente/insuficiente, regular/irregular? Por quê?
7. Há incentivo e apoio logístico por parte da prefeitura, outros órgãos governamentais, ONGs?

IV. Adesão/ Renda Familiar

8. Número de unidades familiares envolvidas no PAA.
9. Depois da adesão ao Programa, o rendimento familiar melhorou?
10. A renda é oriunda apenas das atividades exercidas dentro da propriedade familiar? Quais atividades? (agrícolas, artesanais etc.)
11. Houve abandono ou substituição das atividades tradicionais, pós ingresso?

V. Relações com o entorno

12. Há relação e coordenação com outros agrupamentos?
13. Existe relação com outros agricultores de fora da comunidade? Como se dá essa relação?
14. Como são as relações institucionais? Há comunicação com outros órgãos?

VI. Organização da comunidade

15. Há participação das famílias na gestão da associação (grau de adesão)?
16. Quais são as formas de tomada de decisão?
17. Quanto ao grau de satisfação com a forma associada, considera: satisfeito; regular ou insatisfeito?
18. A associação desempenha bem o papel de controle e planejamento?
19. A comunidade se mobiliza, quando necessário?

VII. Demandas da comunidade

20. Infra Estrutura: Quais são as necessidades?

21. Necessidades Básicas: quais as demandas?

22. Programas Governamentais: Quais conhecem? Quais são beneficiários? São suficientes?